

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 14 de setembro de 2001

Ano 3 Nº 71

Parlasul debate integração regional

(foto Jonas Lemos Campos)

Os parlamentares de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul, reunidos nessa quarta-feira (12) na Assembléia, foram unânimes em reiterar a necessidade de intensificar a integração regional, com o objetivo de desenvolver ações concretas para melhorar a qualidade de vida da população que representam nos respectivos Legislativos estaduais.

Além dos membros do Parlamento do Sul (Parlasul), participaram da reunião o ministro da Integração Nacional, Ramez Tebet, o secretário nacional de Recursos Hídricos do ministério do Meio Ambiente, Raymundo Garrido, o governador Esperidião Amin e os presidentes do Parlasul, deputado Maurício Picarelli (PSD/MS) e da Assembléia catarinense, deputado Onofre Agostini (PFL), entre outras autoridades.

Na abertura do evento Agostini destacou a necessidade de se “promover políticas comuns e estratégias, no sentido de fortalecer a identidade dos povos latinos americanos e do Mercosul, melhorar a qualidade de vida, os direitos



Reunião do Parlamento do Sul

humanos, a ciência, a cultura e a tecnologia, respeitando e valorizando as diferenças de cada estado, para convergir os interesses no conceito global do bem comum, que é o caminho da solidariedade e da prosperidade”.

O presidente do Parlasul, Maurício Picarelli, frisou que a aproximação comercial, cultural e social com os países do Mercosul, é uma maneira de se organizar para enfrentar a Associação de Livre Comércio das Américas (Alca). Para que isso aconteça será preciso promover amplo intercâmbio entre eles.

Palestras - Durante o evento o ministro da Integração Nacional, Ramez Tebet,

defendeu o aperfeiçoamento técnico do Poder Legislativo, elogiou a iniciativa do deputado Agostini pelo Projeto *Retratos de Santa Catarina*, do qual teve oportunidade de participar na noite de terça-feira (11) e da interiorização das sessões da Assembléia. Solicitou que a idéia seja utilizada pela Assembléia do Mato Grosso do Sul, estado pelo qual é senador, como forma de permitir a divulgação da grande-

za de seus municípios.

Informal - O ministro Tebet informou aos deputados catarinenses sobre a aplicação em 2002 de recursos da ordem de R\$ 15 milhões nas obras da Barragem do rio São Bento, localizada em Siderópolis, sul do Estado, além dos R\$ 11,8 milhões desse ano.

O secretário nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Raymundo Garrido, falou sobre *Cobrança do Uso da Água*. Revelou que os estados brasileiros, exceto o Ceará, não cobram pela utilização de seus recursos hídricos. São Paulo deve começar este processo no próximo ano.

Presidente da Celesc explica projetos

Página 4

Transporte alternativo em discussão

Página 5

Solidariedade e condolências

Durante o encontro do Parlasul, os parlamentares aprovaram por unanimidade uma moção apresentada pelo deputado Agostini, sugerindo aos presidentes da República, do Senado e da Câmara Federal que seja encaminhada uma mensagem ao presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, manifestando solidariedade dos brasileiros aos parentes das vítimas dos

atentados terroristas da última terça-feira.

“No momento em que os povos do mundo se unem para prantear as vítimas da brutal agressão ao povo norte-americano, vale refletir que se deve cultivar apenas os sentimentos de paz, pois o ódio e o terrorismo só podem levar ao rompimento da ordem mundial, com conseqüências inimagináveis para a humanidade”, frisou.

OPINIÃO

Justiça e cidadania



No momento em que se discute globalização e formação de blocos econômicos como Mercosul e Alca, os Estados que eram soberanos quanto ao seu ordenamento jurídico começam a sentir necessidade de se mobilizar, visando à adequação ao novo modelo imposto, basicamente, pela evolução industrial que vem contribuindo para tornar as regras tradicionais cada vez mais obsoletas em todos os setores, inclusive na Justiça - o pilar de sustentação da sociedade, responsável pelo fortalecimento e pela consolidação das instituições.

A metamorfose decorrente da formação dos blocos econômicos, que traz na esteira a necessidade de modernização da Justiça, provoca também uma profunda revisão de valores por toda sociedade brasileira. Vivemos uma expressiva mutação cultural, que deve motivar as pessoas a respeitarem o direito, para evitar que o Judiciário intervenha como conselheiro ou pacificador em questões trabalhistas e até familiares. É necessário entender o Judiciário como órgão jurídico. Evitar litigar o direito é passo largo para diminuir o volume de processos na Justiça. Na esfera familiar, por exemplo, é quase inconcebível a interveniência de um juiz para obrigar um pai a pagar pensão ao filho. Direito legítimo e incontestável. Questões como esta exigem de toda a comunidade brasileira responsabilidade e consciência da necessidade de respeitar

direitos para evitar acúmulo de processos judiciais. Assim como na política e nos demais setores, na vida as pessoas também precisam respeitar os princípios da ética.

A mudança comportamental que se faz imperiosa neste momento requer de todos o respeito aos princípios básicos de cidadania, como seriedade e cumprimento das leis, além da expurgação da "cultura do Gérson", que se fortaleceu nos últimos anos levando as pessoas a buscar vantagem, mesmo indo de encontro a direitos estabelecidos, em alguns casos conscientes de que sua ação irresponsável vai demandar um processo judicial. Mas usar o "jeitinho" para procrastinar tornou-se prática comum.

Portanto, a Justiça precisa do amadurecimento da sociedade brasileira que, deixando de depender do Judiciário para resolver questões primárias, estará contribuindo com o processo de modernização que se faz necessário nesse momento histórico em que se discute globalização, não havendo mais tempo para questões que emperram e tomam o precioso tempo da justiça.

O Poder Legislativo de Santa Catarina, com seus quarenta deputados, além de cumprir as atribuições constitucionais, é parceiro na organização de uma sociedade mais justa, equilibrada e séria e se coloca à disposição para contribuir no processo de abertura do Poder Judiciário, considerado o guardião da Democracia e do Estado de Direito.

Presidente Onofre Agostini (PFL)

O império é vulnerável

Apavorados estamos todos! Pela violência das cenas, pelo sofrimento das pessoas, pela afronta à humanidade que é qualquer ato terrorista, seja de um indivíduo, de um grupo ou o terrorismo de Estado.

Estarrecido está todo aquele que acreditava ser possível existir um poder absoluto, inatacável, imune. Junto com as torres do World Trade Center caiu o mito. O Império é vulnerável!

O ataque ao Pentágono está carregado de simbologia. É o ataque a uma política externa

indiscutivelmente intervencionista. Os Estados Unidos exercem, neste mundo globalizado, uma hegemonia militar, econômica, financeira e cultural cultivada na arrogância de "donos e xerifes do mundo".

A violência que atinge civis indefesos deve ser repudiada por todos, em todas as situações, desde o lançamento da bomba em Hiroshima, o extermínio dos judeus, o bloqueio econômico ao povo de Cuba, a guerra do Vietnã, o bombardeio ao Iraque...

É unânime, no mundo todo, que o dia 11 de setembro de 2001 foi um daqueles dias que mudam a História, que são ponto de inflexão no

caminho da humanidade. O mundo vai mudar.

Mas qual será a mudança? As relações econômicas serão mais justas, distribuirão melhor a riqueza? Teremos iniciativas concretas no combate à fome, à morte, às doenças, frutos da miséria absoluta a que está submetida parcela significativa da população mundial? As relações internacionais serão de respeito à soberania dos povos, às diferenças culturais, religiosas, étnicas? O preconceito, a discriminação, a xenofobia e a arrogância continuarão a alicerçar as ações governamentais? A retaliação violenta do olho por olho será adotada mais uma vez?

A atitude a ser adotada pelo governo dos Estados Unidos frente aos atentados será decisiva para os desdobramentos futuros. Violência costuma gerar mais violência, num espiral crescente que só traz dor, destruição e sofrimento. Atitudes e acusações precipitadas podem levar a surpresas como a do atentado anterior, em Oklahoma, quando o culpado não era estrangeiro.

O combate à violência não pode se resumir à caça dos autores do ato violento. Tão importante quanto saber quem fez é ter a clareza de porque foi feito. É ter a coragem de buscar a raiz da violência, sabendo que a ausência da justiça é o seu principal fermento.

Deputada Ideli Salvatti (Líder do PT)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)

1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins

Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose

Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos

assessores de bancadas

Revisão: Rubens Vargas

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi,

Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

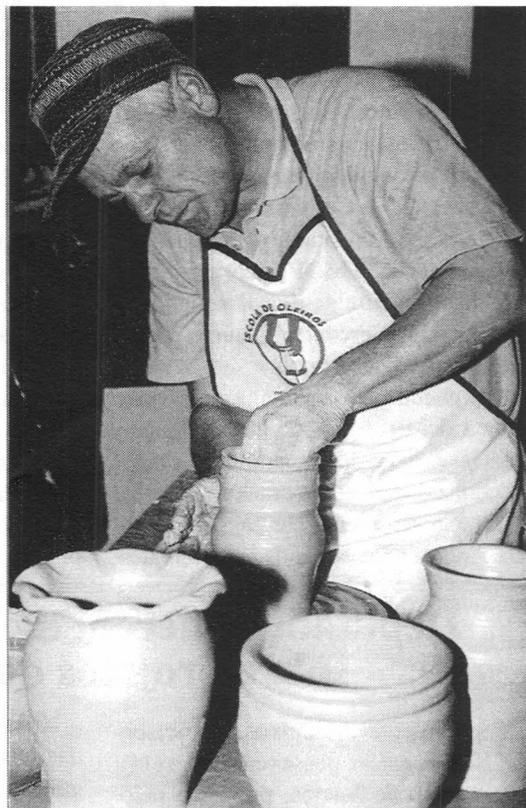
São José expõe sua cultura

O município de São José estreou na terça-feira (11) a 13ª edição do *Projeto Retratos de Santa Catarina*, colocado em prática pelo presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL). Na solenidade houve exposição de fotografia, de cerâmica, de telas de artistas plásticos e de escultura e apresentaram a Banda Sociedade Musical União Josefense, o pau-de-fita do Centro de Educação Luar e o boi-de-mamão da Secretaria Municipal de Educação.

O prefeito Dário Berger ressaltou que pela primeira vez São José tem a oportunidade de mostrar à sociedade catarinense toda a sua cultura, história e tradição, frisando que o município é considerado atualmente o que mais se desenvolve no Estado, com uma população de aproximadamente 170 mil habitantes, possuindo uma taxa de crescimento anual de 3,49%, sendo o sétimo em arrecadação de ICMS no Estado.

São José se transformou em importante pólo industrial, comercial e de prestação de serviços da região da Grande Florianópolis. De acordo com dados econômicos de 1998, ocorreu verdadeira explosão de crescimento com a instalação de 2.030 indústrias, 3.500 casas comerciais e 1.770 empresas prestadoras de serviços.

Estiveram presentes à solenidade além do presidente da Assembléia e deputados estaduais, autoridades da Grande Florianópolis o ministro da Integração Nacional, Ramez Tebet, que declarou desconhecer no país projeto dessa envergadura, onde o Poder Legislativo contribui com o Executivo, permitindo que os municípios mostrem seu potencial.



(foto Solon Soares)

Oleiro produzindo peças

Sessão homenageou Vilson Kleinübing

No mês em que completaria 57 anos, a Assembléia, por iniciativa do presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), homenageou numa sessão solene *in memoriam*, realizada nessa segunda-feira (10), o governador Vilson Kleinübing. A cerimônia foi prestigiada por familiares do político e diversas autoridades, entre elas o governador Esperidião Amin e o ministro da Casa Civil, Pedro Parente, responsável pelo prefácio do livro *Kleinübing – Uma trajetória de coerência*, do jornalista Moacir Pereira, obra lançada durante o evento.

Ao definir o homenageado como um

dos maiores estadistas de Santa Catarina, Agostini lembrou a carreira meteórica de Kleinübing, de prefeito de Blumenau a governador e senador da República, classificando-o como um saneador das contas públicas.

O filho, João Paulo Kleinübing, presidente da Eletrosul, declarou que o pai afirmava valer a pena trabalhar pelo povo, assim como sua obstinação em bem administrar os recursos públicos. Já Moacir Pereira enfatizou que sua obra é um livro-reportagem mostrando as qualidades de um homem singular que pregava o controle dos gastos públicos.



(foto Jonas Lemos Campos)

Um político cuja trajetória foi de coerência

Administradores públicos

Nesta sexta-feira o presidente Agostini participa em Canela/RS de conferência reunindo prefeitos, vereadores e secretários municipais do centro sul do país. Participam ainda os Presidentes das Assembléias do RS e PR, além dos secretários da Administração catarinense e do Rio de Janeiro.

Em destaque o *Painel Conversa com Vencedores*, quando Agostini responderá questionamentos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e sua aplicabilidade, além de repassar experiência própria frente à administração municipal. A pedido dos organizadores, Agostini apresentará vídeo sobre o *Projeto Retratos de Santa Catarina*, ressaltando os objetivos.

Meio ambiente em debate

O presidente Agostini recebeu convite do ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, para a *XIII Reunião de Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe*, nos dias 21 a 24 de outubro, no Centro de Convenções Riocentro, no Rio de Janeiro, com objetivo de discutir formas de fortalecer e avançar as discussões sobre preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

COMISSÕES

Aumenta a violência contra crianças em Criciúma

A violência contra crianças e adolescentes em Criciúma vem crescendo de maneira alarmante. A informação foi prestada na segunda-feira (10) aos integrantes da Comissão Parlamentar Externa (CPE), presidida pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB), pela presidente do Conselho Tutelar dos Direitos das Crianças e Adolescentes daquele município, Ângela Sânia Napoli.

Ela explicou que geralmente a violência começa dentro de casa, com crianças agredidas pelos próprios familiares. O uso de álcool e drogas como crack e maconha contribuem sensivelmente para as agressões. Ângela apresentou dados referentes

ao primeiro bimestre deste ano revelando que já foram registrados 113 casos de agressões físicas contra crianças. Também ficou constatado o uso de armas de fogo e armas brancas por crianças, o envolvimento com tráfico e uso de substâncias tóxicas e práticas de atos infracionais. Segundo ela, o aumento do índice da criminalidade tem como causa a pobreza crescente da população e o desemprego.



(foto Sclon Soares)

Deputados reunidos no Conselho Tutelar

Deputados querem esclarecimentos sobre projetos da Celesc

O presidente da Celesc, Francisco Küster, esteve nessa terça-feira (11) na Comissão de Justiça, presidida pelo deputado Reno Caramori (PPB), a fim de prestar esclarecimentos a respeito do Projeto de Lei 328/01 que autoriza a empresa a participar do capital acionário de empreendimentos privadas de geração de energia elétrica.

Pela proposição de origem governamental, a Celesc deve construir um Parque de Energia Eólica em três municípios Laguna, Bom Jardim da Serra e Água Doce; uma linha de transmissão entre Campos Novos e Blumenau e participar da implantação da Usina TCN – Termo Catarinense Norte a base de gás, no Vale do Itapocu.

(foto Jonas Lemos Campos)



Küster esclarece projetos

Küster argumentou que a Celesc é uma das seis empresas de energia elétrica que ainda não foi privatizada. Para evitar que isto venha a ocorrer, a estatal precisa urgentemente agregar valores para se tornar mais forte e competitiva. Assim, será necessário que a empresa invista em projetos de geração de energia, e não fique apenas na distribuição.

A deputada Ideli Salvatti (PT) sugeriu que o projeto fosse desmembrado, tratando separadamente a construção do Parque de Energia Eólica dos demais assuntos. O líder do PPS, deputado Jaime Duarte, quer que a Celesc elabore suas propostas com maior transparência para que os projetos sejam discutidos na Assembléia de forma concreta e inquestionável.

Já o deputado João Henrique Blasi (PMDB) ressaltou que o governo do Estado está agindo de maneira contraditória. Lembrou que há poucos dias a Celesc apresentou projeto para a venda de sua parte acionária na Usina Dona Francisca, e agora quer participar de outros empreendimentos geradores de energia.

Álcool e drogas entre jovens

Buscar alternativas para combater o consumo de álcool, cigarro e drogas ilícitas, como maconha e cocaína entre crianças e adolescentes, foi o objetivo da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia. O presidente da Comissão, deputado Jaime Duarte (PPS), chamou para o encontro representantes do Ministério Público, Conselho Estadual de Entorpecentes, psicólogos e professores universitários que desenvolvem trabalhos preventivos nessa área.

Estatísticas apresentadas pelo presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, Jairo Brinkas, preocuparam os participantes. Entre as capitais brasileiras com o maior consumo das drogas citadas, Florianópolis ocupa a terceira posição.

O promotor da Infância e da Juventude da Capital, Gercino Gomes Neto, sugere a elaboração de um projeto de lei punindo com multa e até fechamento dos estabelecimentos que venderem álcool aos adolescentes, sugestão acatada por Duarte.

Para o professor de ética da Unisul, Jaci Rocha, é necessário legislar também a respeito dos meios de comunicação social, a exemplo do que acontece na Europa, onde programas ou comerciais de TV não podem incentivar o consumo de drogas.

COMISSÕES

Problemas no transporte alternativo ainda sem solução

Não foi desta vez que a Comissão de Transportes, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB), conseguiu intermediar um acordo entre o Deter e os segmentos que fazem o transporte coletivo e alternativo de passageiros. No encontro que reuniu parlamentares da Comissão e representantes dos setores envolvidos, houve muita discussão.

As empresas de ônibus denunciam que os proprietários de veículos do transporte alternativo estão agindo ilegalmente ao captarem passageiros nos locais onde somente os ônibus podem ter acesso. As cooperativas não concordam com as exigências do Deter para legalizar as



Norberto Stroisch na Comissão de Transportes

empresas interessadas em realizar esse tipo de serviço. Uma delas é que o proprietário de uma Van, por exemplo, deve ter dois veículos quitados para o transporte. Os cooperativados querem apenas um,

alegando dificuldades financeiras para adquirir o bem. Criticaram também a legislação estadual que rege o transporte alternativo no Estado, pioneiro no país, bem como a atuação do diretor do Deter,

Norberto Stroisch. Ele defendeu-se das acusações dizendo que nos últimos dois anos, 670 novas empresas ingressaram no mercado alternativo de transporte.

O deputado Jaime Mantelli (PDT) disse que a fiscalização desses serviços é insuficiente. "Acredito que em pouco tempo caminharemos para a situação problemática que São Paulo enfrenta hoje, pois a atual legislação que regula os serviços é incompleta."

Os representantes dos cooperativados, empresas de ônibus e Deter prometeram reunir-se nos próximos dias para uma tentativa de acordo. "Esse assunto vai longe e ainda teremos muitos desdobramentos", declarou Sopelsa.

Preço do leite provoca protesto

Comissão de Agricultura em Concórdia

Mais de três mil pessoas, representantes de oito mil produtores de leite do Alto Uruguai Catarinense, estiveram reunidos nessa quinta-feira (13) em Concórdia, região Meio Oeste, para protestar contra a política do preço do produto pago ao produtor.

Deputados da Comissão de Agricultura Gelson Sorgato e Moacir Sopelsa (PMDB), além de Herneus de Nadal (PMDB) e o federal Hugo Biehl (PPB) e representantes de vários setores ligados à agricultura, participaram inicialmente de um protesto realizado na comunidade de Santo Antônio, distante 10 quilômetros do centro de Concórdia. Reunidos no mesmo terreno onde está instalada uma das unidades da indústria Batavo, eles repudiaram o preço pago ao produtor de leite – em média 17 centavos o litro – seis vezes

menos que o valor de compra para o consumidor.

Em seguida, durante audiência pública diversas reivindicações dos produtores foram apresentadas na "carta de Concórdia". Ao governo federal os produtores pedem o fim das importações de leite e a inclusão do produto na política de preços mínimos. Do governo do Estado querem a retirada do ICMS do produto e também a proibição da participação do leite importado nas licitações públicas.

O secretário da Agricultura, Odacir Zonta, prometeu ações concretas nas reivindicações apresentadas. Sopelsa disse que a Comissão vai propor, na semana que vem, a criação de uma CPI para investigar se há formação de cartel nas indústrias do leite em Santa Catarina. "A situação está insustentável. Medidas urgentes precisam ser tomadas ou será decretada a falência dos produtores", alertou.

Casan explica cálculo de faturas

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, presidida pelo deputado Jaime Duarte (PPS), realizou nessa quinta-feira (13) audiência pública quando o diretor de operações da Casan Marcos Tibúrcio e técnicos da empresa esclareceram os motivos pelos quais a fatura do mês de julho, cobrada em agosto, teve seu valor calculado pela média de consumo dos últimos seis meses.

De acordo com Tibúrcio, problemas jurídicos com o processo de licitação para a escolha da empresa que realizará a leitura dos hidrômetros

acabaram por ocasionar a situação. Esclareceu que os consumidores que pagaram valor maior serão compensados na próxima conta e os que tiveram um valor menor terão que ressarcir à empresa em seis parcelas.

Duarte destacou o fato da audiência ter se transformado em conciliatória, uma vez que além das explicações serem satisfatórias, o diretor da Casan se comprometeu em investir 50% do valor pago à empresa que faz as leituras dos hidrômetros, em projetos de saneamento em cidades de menor desenvolvimento do Estado.

Barragem do rio São Bento

O presidente da Comissão Parlamentar Externa (CPE) instalada para acompanhar as obras da Barragem do rio São Bento, deputado Valmir Comin (PPB), visita o local nesta sexta-feira. Informa que além da vistoria, serão ouvidos o gestor de contrato da Casan, engenheiro Romualdo Sandrini e o diretor da empreiteira OAS, engenheiro Vicente Saldanha.

O deputado federal Serafim Venzon, presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, também acompanhará a visita.

PLENÁRIO

Bornhausen quer fim dos “pardais”

A CCJ aprovou projeto de lei do deputado Paulo Bornhausen (PFL) para acabar com a indústria das multas de trânsito, praticada através de controladores de velocidade escondidos das vistas do motorista ou sem lugar fixo, usados pela fiscalização como arapucas, de acordo com a conveniência do momento.

O projeto de lei dispõe sobre a contratação dos controladores de velocidade em rodovias estaduais e fixa que o Estado só contratará controladores que possuam avisos sonoros e luminosos quanto ao excesso e velocidade, de forma que o usuário seja informado sobre o excesso cometido. Também que o contrato defina o local de instalação do equipamento, não sendo permitida a troca de lugar.

A proposta deve passar ainda pelas comissões de Transportes e Serviços Públicos. Enquanto isso o Legislativo

(foto: Jonas Lemos Campos)



abriu debate amplo sobre o projeto, do qual os cidadãos interessados podem participar através da Internet. O site da Assembleia - www.ale.sc.gov.br - apresenta, na página do deputado Bornhausen, quadro para a participação dos internautas com o título *Fiscalização sim, caça-multas não*.

Dívidas dos agricultores

Em todo o Estado são centenas de agricultores familiares que não estão conseguindo quitar dívidas de empréstimos feitos na forma de crédito de emergência. Baseada nessa constatação é que a deputada Ideli Salvatti (PT) solicita ao Governador do Estado e ao Secretário da Agricultura a anistia dessa dívida contraída na forma de crédito de emergência. Os agricultores, por sua vez, assumirão o compromisso de reflorestar as áreas, com base na legislação ambiental.

A parlamentar pede que o governo forneça gratuitamente mudas de uva Japão, pinheiro araucária, angico, canela, imbuia e outras espécies frutíferas. Pede também que o Estado assuma o compromisso de acompanhamento técnico e de fiscalização do programa. A solicitação prevê ainda prazo de três anos para a implementação do programa de reflorestamento e, no caso dos agricultores que já pagaram parte do empréstimo, que a quitação da dívida restante seja efetuado através do programa proposto.

Honraria

Proposição do deputado João Henrique Blasi (PMDB), aprovada em Plenário, concede honraria ao cidadão catarinense Hélio de Mello Mosimann, ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça. O homenageado nasceu em Brusque e teve trajetória ímpar na magistratura, passando de juiz de direito a desembargador, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e Ministro do Superior Tribunal de Justiça, onde atuou como corregedor-geral, a segunda mais importante função administrativa do STJ.

Contratação na Secretaria da Justiça

Aprovado projeto de lei de origem governamental que autoriza a contratação de pessoal na Secretaria da Justiça. A matéria deu entrada como Medida Provisória no mês passado, porém foi convertida em projeto devido à aprovação de uma emenda do deputado Paulo Bornhausen (PFL). A contratação de pessoal é para atuação exclusiva nos centros educacionais, de internamento provisório e casas de semi-

liberdade da Secretaria da Justiça e Cidadania.

O prazo de contratação é de um ano e não poderá ser renovável, pois foi acatada emenda de autoria da deputada Ideli Salvatti (PT) suprimindo a prorrogação por mais um ano. A parlamentar pretende assegurar a realização de concurso público para a contratação de pessoal.

Equipamentos médicos

Analisando a realidade tributária, no que concerne à aquisição de equipamentos médicos, o deputado Nilson Gonçalves (PSDB) apresentou projeto que autoriza o Executivo a isentar do pagamento do ICMS as operações de importação de aparelhos, máquinas, equipamentos médico-hospitalares, técnico-científicos e laboratoriais, sem similar nacional.

Segundo o parlamentar, os valores arrecadados ao se importar um equipamento de medicina são desprezíveis em relação à arrecadação total auferida pelos estados, no entanto impõe à classe médica altos encargos tributários que oneram sobremaneira equipamentos de custos já bastante elevados, adquiridos em sua maioria por meio de financiamentos atrelados ao dólar.

“Atendimento médico e a atividade hospitalar não são meros atos de comércio, estando intrinsecamente ligados a rígidos preceitos legais, éticos e morais, não podendo serem tratados de modo desinteressado, como vem sistematicamente ocorrendo no país”, justifica o parlamentar.

Estadualização de rodovia

Apresentado projeto de lei de autoria dos deputados Adelar Vieira e Ivo Konell (PMDB) autorizando a estadualização da rodovia Cláudio Tomaselli, que liga os municípios de Guarimirim a Schroeder. Trata-se de uma reivindicação das lideranças políticas e das associações de moradores da Vila Recanto Feliz, Vila Paraíso, bairros Amizade e Schroeder I, que são servidos por aquela estrada.

Túnel Antonieta de Barros

Aprovado projeto de lei da deputada Ideli Salvatti (PT) que denomina Deputada Antonieta de Barros o túnel da Via Expressa Sul, que faz a ligação entre os bairros da Prainha e Saco dos Limões, em Florianópolis. A parlamentar justifica a homenagem afirmando que Antonieta rompeu preconceitos de classe, gênero e étnicos, tornando-se a primeira mulher a exercer o mandato de deputada estadual em Santa Catarina, o que fez em duas oportunidades: de 1935 a 1937, quando elaborou a Constituição Estadual promulgada em 1935; e de 1947 a 1951.

Mutirão de cirurgias

O deputado Cesar Souza (PFL) está encaminhando indicação ao Governador no sentido de realizar um mutirão de cirurgias de otorrinolaringologia para os pacientes do Hospital Infantil Joana de Gusmão. Conhecedor da deficiência existente naquela instituição, o parlamentar acredita ser justa sua reivindicação, pois atenderá a três mil crianças que estão esperando intervenção cirúrgica no referido hospital.

Transparência de atos da AL

O deputado Francisco de Assis (PT) está colhendo assinaturas de seus colegas parlamentares para trazer a plenário o projeto de resolução que trata sobre a transparência dos atos políticos, financeiros e administrativos da Assembléia através da disponibilização das informações na Internet e Diário Oficial da AL. A proposta foi rejeitada na Comissão de Justiça e para ser apreciada no plenário deve apresentar a assinatura de 14 deputados. "Quero que os 40 deputados se manifestem a respeito. A sociedade que paga para manter esta estrutura tem o direito de saber o quanto e em que se gasta no Legislativo", defende.

Programas agrícolas

O deputado Gelson Sorgato (PMDB) apresentou projeto de lei que veda a inabilitação de produtores rurais em programas agrícolas oficiais, por inadimplência nas operações decorrentes dos créditos de emergência. "Os produtores que recorreram ao crédito de emergência, em 1996, foram vítimas das condições climáticas desfavoráveis e com isso não conseguiram honrar suas dívidas junto à instituição financeira. Ocorre que hoje é possível verificar um bloqueio de habilitação desses produtores inadimplentes em programas oficiais ou administrados pelo Estado", explica.

A intenção do parlamentar é impedir que, enquanto governo e produtores discutem uma fórmula para saldar as dívidas provenientes do crédito, ocorra a paralisação de novos financiamentos.

Ademar Ghisi

Tramita na Assembléia projeto de resolução do deputado Joares Ponticelli (PPB) propondo a realização de uma sessão solene no dia 26 de novembro, com o objetivo de homenagear o ex-deputado Ademar Paladini Ghisi, recém-aposentado como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), e atual integrante da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

Ghisi cumpriu sete mandatos eletivos ininterruptos, dois como deputado estadual (1959/1967) e cinco como federal (1967/1985) e atuou como Ministro do TCU por 16 anos, e foi duas vezes Presidente daquele órgão.

Proposições

Deputado João Rosa (PTB) ao Governador requerendo a criação de programa que vise proporcionar a atuação das instituições de ensino superior sediadas no Estado em auxílio às comunidades do interior.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao governador do Estado pedindo a pavimentação da estrada que liga Santa Terezinha a BR-101, no Plano Viário do Estado.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao Presidente do Tribunal de Justiça requerendo a instalação da Comarca de Itá.

Deputado Antonio Aguiar (PFL) ao secretário do Meio Ambiente solicitando que a drenagem do rio Canoinhas e Água Verde no norte do Estado.

Deputado João Henrique Blasi (PMDB) ao governador do Estado indagando quais serviços a empresa Engedix presta à Casan.

Deputado Sandro Tarzan (PTB) à secretária da Educação requerendo a construção de um ginásio de esportes na escola Major Otacilio Couto em Campo Belo do Sul.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Secretário dos Transportes pede a viabilização da continuidade das obras de asfaltamento da SC-428, trecho que liga de Imbuia e Leoberto Leal.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao Presidente da SC-Gás pedindo providências para incentivar a instalação do gás natural veicular em postos de combustível de Tubarão.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) à Secretária da Família solicitando a celebração de convênio entre o Estado e a Fundação Lagunense para o desenvolvimento do Projeto de Arte.

Deputado Nelson Goetten (PPB) ao Secretário dos Transportes solicitando a adoção de medidas para viabilizar a continuidade da ligação asfáltica entre Santa Terezinha e a BR-116.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao Reitor da Udesc solicitando empenho para ampliar os cursos de graduação daquela universidade em Joinville.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Secretário dos Transportes e ao DER pedindo disposição de patrulha mecanizada ao município de Mirim Doce.

Ouvidoria Parlamentar

O deputado Nelson Goetten (PPB) está propondo a criação da Ouvidoria Parlamentar na Casa, que irá examinar reclamações, denunciar ilegalidades e abusos e encaminhar as irregula-

ridades aos órgãos competentes. Desta forma o cidadão poderá atuar como aliado dos parlamentares na gestão pública.

No projeto de resolução que já foi apreciado pela Comissão de Justiça está previsto a nomeação de um ouvidor-geral e dois ouvidores-substitutos escolhidos entre os parlamentares, que irão intermediar a relação entre o cidadão e a administração pública. A proposta pretende criar ainda um serviço semelhante ao da Câmara Federal, onde o público poderá ter acesso ao serviço por telefone de discagem direta gratuita (0800) ou por e-mail.

ESPECIAL

Abertura da Festa do Chimarrão em Catanduvas

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A 2ª Festa do Chimarrão, cuja abertura aconteceu na última sexta-feira (7), no Centro de Convivência, em Catanduvas, contou com a presença dos deputados Onofre Agostini (PFL), presidente da Casa, e Jorginho Mello (PSDB), de lideranças políticas do meio-oeste e dos deputados federais Gervásio Silva (PFL) e Hugo Biehl (PPB).

A Assembléia montou



um estande na festa, que terminou no domingo e proporcionou aos milhares de visitantes shows de grupos regionais e nacionais, rodeio, feira comercial e industrial. Onofre e Jorginho foram homenageados, assim como outras personalidades, com o troféu *Amigo do Chimarrão*.

O prefeito Emílio Rodrigues (PFL) lembrou que, além de contar com a maior granja de produção de ovos da América Latina e da pujança nos ramos de ração e de transportes, Catanduvas tem na ervamate a primeira fonte geradora de emprego e uma tradição que faz da festa uma das melhores da região.

Registro

O professor da Universidade da Georgia (EUA), Steve Wrigley, proferiu palestra nessa terça-feira (11), no Plenário, com o tema *A importância do líder político*. O catedrático americano tem formação nas áreas de relações públicas e governamentais, desenvolvimento político, administração e liderança. O evento foi promovido pelas presidências da Assembléia e da Escola do Legislativo.

Livro - Elói Gonçalves, que durante 30 anos atuou como policial civil, tendo sido responsável pelo DEIC, lançou obra intitulada *Quando os mortos pedem Justiça*. Segundo o autor, é um romance policial verídico que relata uma das experiências que ele viveu na sua atividade profissional.

AL nos 90 anos de Canoinhas

O município de Canoinhas, no Planalto Norte, foi homenageado na última quinta-feira (6) pela Assembléia, com uma sessão solene comemorativa aos 90 anos de sua fundação e que foi realizada no Canoinhas Tênis Clube.

A sessão foi solicitada pelo deputado Antonio Aguiar (PFL) e contou com a presença do presidente Onofre Agostini (PFL) e dos deputados Jaime Duarte (PPS), Ideli Salvatti (PT), Ivan Ranzolin (PPB), Ivo Konel (PMDB), Moacir Sopelsa (PMDB), Rogério Mendonça (PMDB), Jaime Mantelli (PDT), Adelor Vieira (PMDB), do deputado federal Eni Voltolini (PPB) e de várias outras autoridades.



Deputado Aguiar e prefeito Krautler

O deputado Aguiar fez um histórico do município, desde a fundação, citando as personalidades que contribuíram para o seu desenvolvimento e que na oportunidade foram lembradas pela Assembléia. Um dos homenageados foi o prefeito de Canoinhas Orlando Krautler (PFL), que recebeu dos parlamentares a placa com a reprodução da lei estadual que reconhece o município como *Capital Catarinense dos Doadores de Sangue*. O maior doador de sangue do mundo Orestes Golanovski, recordista mundial com 180 doações, é de Canoinhas e também foi homenageado.

Com a entrega do Brasão da Assembléia receberam homenagem os ex-parlamentares da cidade e outras autoridades locais e regionais.

Agenda

Dia 14, às 10 horas – A CPE da Barragem do Rio São Bento, Sul do Estado, visita *in loco* as obras

Dia 14, às 18 horas - Sessão solene em homenagem a Dom Eusébio Scheid

Local: Plenário

Dia 17, às 14 horas – Sessão solene para homenagear os diversos segmentos que cultuam o tradicionalismo gaúcho

Local: Plenário

Dia 17, às 18 horas – Sessão solene em homenagem ao *Dia do Bombeiro*

Local: Plenário

Dia 18, às 19h30min. – Retratos de Santa Catarina – Xanxerê

Local: Hall da AleSC

Dia 19, às 9h30min. – Audiência pública da Comissão de Saúde para análise e divulgação de relatórios referentes ao SUS, com a presença do secretário da Saúde

Local: Plenário